



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

EVA APARECIDA KEMPNER ABREU

**MERENDA ESCOLAR:
DA HISTORICIDADE À REALIDADE DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO
LAGEADO**

Santa Maria, RS

2016

EVA APARECIDA KEMPNER ABREU

**MERENDA ESCOLAR:
DA HISTORICIDADE À REALIDADE DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO
LAGEADO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de certificação de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria.

Orientadora: Professora Nageli Raguzzoni Teixeira

Santa Maria, RS

2016

Eva Aparecida Kempner Abreu

**MERENDA ESCOLAR:
DA HISTORICIDADE À REALIDADE DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO
LAGEADO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de certificação de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), para obtenção de título em **Gestão Municipal**.

Aprovado em 05 de junho de 2016:

Professora Nageli Raguzzoni Teixeira
Presidente/ orientadora

Juliana Sales Jacques

e Mara Denize Mazzardo

Santa Maria, RS

2016

**MERENDA ESCOLAR:
DA HISTORICIDADE À REALIDADE DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO
LAGEADO**

Eva Aparecida Kempner Abreu *

Nageli Raguzzoni Teixeira **

Resumo:

A merenda escolar possui um importante papel na sociedade, e isso não se trata de nenhuma supervalorização política e sim, de uma constatação óbvia para um país que ainda possui sérios problemas que refletem diretamente na mesa das famílias e, conseqüentemente, na alimentação, tanto de adultos como de crianças. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi mais um passo dado em direção à melhoria desse serviço que garante que as crianças estudem tranquilas e sem fome. A presente monografia apresenta, por conseguinte, a trajetória histórica da merenda escolar no Brasil (até os dias atuais) e de que maneira ela é administrada no município de Chapadão do Lageado em Santa Catarina.

Palavras-chave: merenda escolar, história, Chapadão do Lageado.

Abstract:

School meals have an important role in society, and this is not about any political overvaluation and yes, an obvious fact for a country that still has serious problems that directly reflect the families of the table and consequently the power of both adults and children. The National School Feeding Programme (PNAE) was another step toward the improvement of the service that ensures that children study quiet and not hungry. This monograph presents, therefore, the historical trajectory of school meals in Brazil (until today) and how it is administered in Chapadão Lageado municipality of Santa Catarina. Keywords: school lunch, history, Chapadão do Lageado.

* Breve currículo que qualifique o autor na área de conhecimento do artigo, incluindo-se o endereço de e-mail.

* * Verifique com seu orientador se o mesmo deve ser inserido como coautor, breve currículo que qualifique o autor na área de conhecimento do artigo, incluindo-se o endereço de e-mail.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
PROBLEMA DA PESQUISA	4
A HISTÓRIA DA MERENDA ESCOLAR NO BRASIL	5
MERENDA ESCOLAR NAS UNIDADES DE ENSINO DE CHAPADÃO DO LAGEADO	9
A POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1 INTRODUÇÃO

Os hábitos alimentares de um indivíduo refletem sua imagem, não só o corpo, mas também a mente que se desenvolve de acordo com a sua alimentação, por esse motivo é de extrema importância ter uma alimentação saudável e adequada com cada fase do desenvolvimento humano, para cada fase da vida, a alimentação tem uma importância diferente, mas é essencial em todas as etapas.

Conforme pesquisa realizada com alunos, pais, professores e merendeiras e nutricionista sobre a alimentação escolar, das instituições de ensino de Chapadão do Lageado, pude perceber que é de excelente qualidade. Sendo que os recursos do PNAE são aplicados adequadamente e, o Município investe quantia, considerável, dos seus recursos próprios, para oferecer uma alimentação escolar de qualidade nutricional e, em quantidade suficiente, para atender o cardápio, que é elaborado e acompanhado pela nutricionista.

Ao estudar a alimentação escolar das instituições de ensino da rede pública no Brasil, percebe-se que a escola, um dos principais agentes promotores da educação nutricional, ainda não desempenha bem seu papel em diversos lugares.

Muitas escolas ainda atendem, apenas, as necessidades calóricas, mantendo suas merendas inadequadas em relação à utilização de vitaminas e minerais, omitindo em seus cardápios as hortaliças, frutas e leite, alimentos estes ricos nesses nutrientes.

O consumo de alimentos densamente calóricos em prejuízo daqueles ricos em proteínas e outros nutrientes como vitaminas e minerais, levam além de sobrepeso e obesidade, à deficiência de ferro e cálcio, precária saúde bucal e, até, hipertensão, devido à inversão da pirâmide alimentar.

Muitas escolas estaduais e municipais do país, apesar de serem atendidas por diferentes modelos (escolarizado e centralizado), apresentam-se semelhantes, em relação à insuficiência de atendimento às necessidades de nutrientes como vitamina e minerais, que são indispensáveis às crianças que estão em fase de crescimento.

As creches, apesar, de apresentarem melhor qualidade nutricional, já que os recursos advindos do PNAE são um pouco maior, para esta faixa etária, ainda, em muitas unidades, não se apresentam adequadas, requerendo maior preocupação

por parte dos governantes.

Levando em conta estas constatações e que a alimentação escolar deve atender às necessidades nutricionais das crianças e adolescentes, não só em quantidade, mas também, em qualidade, essa pesquisa vem investigar as políticas públicas da merenda escolar no Município de Chapadão do Lageado.

PROBLEMA DA PESQUISA

Como é a gestão das Políticas Públicas da merenda escolar no Município de Chapadão do Lageado?

Objetivo Geral

- Investigar as Políticas Públicas da merenda escolar no Município de Chapadão do Lageado.

Objetivos Específicos

- Levantar um breve histórico da merenda escolar no Brasil;
- Investigar a definição dos cardápios, a formação dos profissionais que elaboram a merenda escolar e o financiamento da mesma.
- Pesquisar a Política Pública de incentivo à Agricultura Familiar.

A presente monografia está dividida em três capítulos: **A História da Merenda Escolar no Brasil**, capítulo em que se faz uma retrospectiva histórica no que tange à alimentação nas escolas, até a sua implementação governamental. O segundo capítulo trata da **Merenda Escolar nas Unidades de Ensino de Chapadão do Lageado**; enfatizando-se o cardápio e a preocupação com a inserção de alimentos produzidos na região. O terceiro capítulo busca pesquisar **A Política Pública de incentivo à Agricultura Familiar**.

2 A HISTÓRIA DA MERENDA ESCOLAR NO BRASIL

Por volta de 1940, quando algumas escolas começaram a se organizar montando as “caixas escolares”, que tinham como objetivo arrecadar dinheiro para fornecer a alimentação aos estudantes, enquanto permaneciam na escola. Nesse período, o Governo Federal ainda não participava dessas ações, mas observando o resultado dessa iniciativa, notou a importância da alimentação escolar para a permanência dos estudantes nas escolas, bem como para a redução da desnutrição infantil no país. Em 31 de março de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira assinou o Decreto n. 37.106, criando a Campanha da Merenda Escolar (CME). O nome dessa campanha foi se modificando até que, em 1979, foi denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido popularmente por “merenda escolar”.

Então, na década de 1950, parte das crianças brasileiras começaram a receber alimentação na escola, pois o governo não estava organizado para alimentar todos os estudantes do País, devido ao fato de que, no início do programa, os alimentos eram oriundos de órgãos internacionais que faziam doações. Uma das doações ocorreu devido à uma grande produção de alimentos que ocorreu nos Estados Unidos, que então decidiu doar esses alimentos para alguns países, entre eles o Brasil, onde o Governo Federal destinou para merenda escolar.

Como a quantidade de alimentos recebidos não era suficiente para atender toda a demanda do País, o Governo resolveu começar pelo Nordeste, já que era uma região muito pobre, onde a maioria dos estudantes eram desnutridos. Porém, para cumprir o que prevê o art. 208, VII da Constituição Federal, quando determina “que é dever do Estado, garantir, por meio de programas suplementares à educação, o atendimento ao aluno com material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Portanto, no início da década de 1970, a ajuda internacional foi ficando cada vez mais escassa, o que contribuiu para a instalação das primeiras indústrias alimentícias brasileiras, com o fim de atender à demanda. Mas os alimentos eram muito “pobres” de nutrientes e o cardápio não podia ser variado.

Com o problema da escassez dos alimentos que o País recebia por doação, foi criado em 1979, O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas somente, com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, foi assegurado o

direito à alimentação escolar, para todos os alunos do ensino fundamental, como programa suplementar à política educacional..

Também, no ano de 1996, entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que vem reafirmando o que estabelece a CF.

Já a Lei 11.947, de junho de 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, que diz:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente, de sua origem, durante o período letivo.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

Assim, o PNAE, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias

(conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

O PNAE é um programa sócio educacional coordenado pelo FNDE/MEC, responsável pela sua normatização, coordenação, monitoramento e controle; definindo suas diretrizes, princípios e objetivos; financiando os programas estaduais e municipais em caráter suplementar; e fiscalizando com outros órgãos federais e locais, a aplicação dos recursos.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios, por dia letivo, para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado, diretamente, pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Assim, pressupõe-se o estabelecimento de um estado fisiológico concernente à aprendizagem e, ao mesmo tempo, apresenta-se um forte atrativo à frequência e permanência do aluno na escola. O gerenciamento do PNAE mostra-se complexo em virtude de estarem imbricados no processo: União, estados, municípios, Conselhos de Alimentação Escolar e estabelecimentos de ensino, bem como pela existência de características regionais e diversidade na clientela, na infraestrutura e nos hábitos alimentares. Segundo Valente (2012),

A descentralização do PNAE ocorrida a partir de 1993, a disponibilidade ou não de complementação deste recurso (contrapartida estadual ou municipal) e outros fatores promoveram o surgimento de diversos cenários e modelos de gestão na alimentação escolar de nosso país. O Programa Merenda Escolar, como é mais conhecido, é viabilizado com recurso federal, repassado mensalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados, municípios e Distrito Federal.

Desta forma, aos estados, o recurso federal destina-se ao atendimento da rede estadual de ensino, e, aos municípios, ao atendimento da rede municipal e filantrópica. O grande entrave do PNAE está na tentativa de estados e municípios proporcionarem atendimento adequado à clientela, nos 200 dias letivos de cada ano.

O dado que fundamentará o repasse de recursos é o número de alunos registrado no Censo Escolar no ano anterior ao do atendimento. E o que se refere à operacionalização do Programa, este se fundamenta na descentralização de recursos financeiros e na transferência automática em conta corrente específica.

A gestão dos recursos pelas entidades executoras pode acontecer de várias formas: centralizada, descentralizada e semi-descentralizada. Os recursos, que são repassados em até dez parcelas, devem ser utilizados exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados na preparação da alimentação escolar.

Em relação à prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do PNAE deve ser apresentada pela EE ao FNDE periodicamente. Essa prestação de contas obedece a um fluxo que deve ser observado por todas as instâncias envolvidas no processo.

A alimentação escolar é uma importante medida, porque, para muitos estudantes ela representa a única refeição do dia, sendo uma das poucas fontes de nutrientes como vitaminas e minerais. Por isso, a importância de se fornecer uma alimentação saudável, balanceada e com as quantidades de nutrientes, suficientes para que alunos tenham uma melhor nutrição.

Portanto, a alimentação escolar não deve ser pensada, apenas, como fonte de nutrientes, mas também, como uma forma de educação nutricional, pois por

intermédio dela os alunos podem conhecer novos alimentos e melhorar o seu hábito alimentar.

3 MERENDA ESCOLAR NAS UNIDADES DE ENSINO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Sabemos que a escola é um espaço social, onde muitas pessoas passam grande parte do seu tempo, convivem, aprendem estudam e trabalham. Portanto, torna-se um ambiente favorável para o desenvolvimento de ações, para grandes aprendizados e dentre esses, a promoção da saúde, bem como formação de hábitos alimentares saudáveis, atingindo os estudantes desde a educação infantil até as várias etapas da vida escolar e, conseqüentemente, para a vida em sociedade.

O comportamento alimentar de uma criança reflete nos processos de crescimento e desenvolvimento em todos os aspectos. Com a devida atenção e cuidados pode-se promover uma maior expectativa de vida do adulto futuro. É importante lembrar que uma criança não deve ficar muito tempo sem se alimentar, porque ela depende do alimento para o seu desenvolvimento, assim deve-se estar precavido para uma alimentação balanceada. (ZANCUL, 2004).

Por este motivo é que resolvi fazer o meu trabalho sobre merenda escolar, porque é um assunto de suma importância dentro das políticas públicas da área da educação. Pois, segundo (BRASIL, 1999; CONSEA, 2004) “Promover uma alimentação saudável é considerado um eixo prioritário de ação para promoção da saúde e, neste contexto, o ambiente escolar é apontado, como espaço fundamental, para a criação de documentos nacionais e legislações”.

Fiquei sabendo que as turmas de uma unidade escolar estavam desenvolvendo um projeto com o tema “Alimentação Saudável”, então aproveitei para fazer uma pesquisa para colher dados reais para a minha monografia, onde foram entrevistados 10 alunos do 1º ano, 10 alunos do 2º ano, 10 alunos do 3º ano, 10 alunos do 4º ano e 10 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental

E, para saber como está a qualidade da merenda escolar no município de Chapadão do Lageado, fiz uma pesquisa com alunos, pais, professores, diretores, merendeiras e, também, a nutricionista.

As principais descobertas foram que, dos 50 alunos entrevistados 32 acham que tudo o que tem no cardápio é bom; 11 alunos gostam mais de frutas e 7 alunos gostam de pão, porém a merenda preferida da maioria é macarronada e feijão com arroz e salada de repolho e a fruta preferida é maçã e banana. Com essas descobertas foi possível fazer uma reflexão sobre a merenda escolar oferecida atualmente pela escola e dar continuidade ao projeto “Alimentação Saudável” para que as crianças levem este aprendizado também para suas famílias.

Chapadão do Lageado investe fortemente na educação, onde atualmente, conta com três Unidades de Ensino na Rede Municipal. E, nessas unidades estudam 417 alunos, que vai desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. E, nesses investimentos dos recursos está, em destaque, a merenda escolar, que é ofertada em quantidade e qualidade nutricional.

Essa merenda escolar é planejada e acompanhada por uma nutricionista, desde a seleção de gêneros, quantidades necessárias e valor nutritivo até o preparo e distribuição. Cada etapa precisa ser cuidadosamente desenvolvida a fim de que os alunos possam receber uma alimentação de qualidade. A mesma deve refletir em uma boa aceitação e ser saudável, colorida, variada, balanceada, equilibrada e saborosa. Também é fiscalizada pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE, que faz visitas nas escolas duas vezes por mês, onde vistoriam toda a parte que envolve alimentos e provam a merenda do dia.

A qualidade é de excelente para todas as turmas, porém quantidade de refeições depende da faixa etária em que o aluno se encontra. As turmas de Educação Infantil 0 a 3 anos (período integral) são oferecidas 5 refeições diárias, para as turmas de Educação Infantil 4 e 5 anos (período parcial) são oferecidas 2 refeições diárias e para as turmas de Ensino Fundamental (período parcial) 1 refeição diária. Segue cardápio:

		 CRECHE - Cardápio Maio/Junho 2016 Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado Nutricionista Camila Silva Oliveira CRN10-3840			
Refeição	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
		SETEMBRO 01	02	03	04
CAFÉ DA MANHÃ 08h30min		Bolo de laranja sem cobertura Suco de polpa	Sanduíche Café com leite/iogurte	Pão de queijo com iogurte/ suco de polpa	Sanduíche Café com leite/iogurte
LANCHE DA MANHÃ 10h00min		Banana	Melancia	Sanduíche com patê (berinjela, frango)	Mamão
ALMOÇO 11h45min		Sopa de batatinha com frango, Chuchu e Cenoura cozida, Salada de Repolho	Arroz com Feijão, Omelete Couve Refogada Salada de Tomate	Pure de batata, Carne ensopada, brócolis cozido, cenoura ralada	Arroz com Feijão, Omelete Couve Refogada Salada de Tomate
LANCHE DA TARDE 14h00min		Abacaxi	Banana	Salada de Frutas	Biscoito de Araruta
LANCHE DA TARDE 15h30min		Macarrão com frango e beterraba cozida, Repolho	Polenta cremosa com frango e Chuchu cozido, Brócolis	Chuchu e Cenoura cozida, Salada de Repolho	Carne Moída com Chuchu, Polenta, Salada de Repolho
FRUTA 17h00min		Maçã	Biscoito de Araruta	Bergamota	Banana
	07 FERIADO	08	09	10	11
CAFÉ DA MANHÃ 08h30min		Bolo de Milho	Sanduíche Café com leite/iogurte	Pão de queijo com iogurte/ Chá	Bolo de Cenoura
LANCHE DA MANHÃ 10h00min		Salada de Frutas	Banana	Bolo de Laranja	Mamão
ALMOÇO 11h45min		Sopa de arroz com frango, chuchu e cenoura cozida.	Risoto de Frango Salada de Repolho com Tomate	Feijão com Arroz e Omelete, Couve Refogada	Arroz colorido (cenoura, salsinha, cebolinha), Bife em tirinhas, Salada de Alface, Tomate
LANCHE DA TARDE 14h00min		Banana	Bolo de laranja	Salada de Frutas	Banana
LANCHE DA TARDE 15h30min		Arroz com Feijão, Omelete Couve Refogada Salada de Tomate	Sopa de feijão com macarrão, chuchu e cenoura cozida	Sopa de batatinha com frango, Chuchu cozido,	Arroz com Feijão, Omelete Couve Refogada Salada de Tomate
FRUTA 17h00min		Bergamota	Mamão	Banana	Bergamota

	14	15	16	17	18
CAFÉ DA MANHA 08h30min	Bolo de Laranja	Sanduíche Café com leite/iogurte	Pão de Queijo Iogurte/ Chá	Bolo de Cenoura sem cobertura	Sanduíche Café com leite/iogurte
LANCHE DA MANHÃ 10h00min	Biscoito de Araruta, Iogurte/ Chá	Salada de frutas	Bolo de Milho	Pão de queijo com Iogurte/ Chá	Banana
ALMOÇO 11h45min	Sopa de feijão com macarrão, cenoura cozida, vagem	Purê de batata, carne ensopada, brócolis cozido, cenoura cozida	Arroz com Feijão, Omelete Couve Refogada Salada de Tomate	Sopa de batatinha com frango, Chuchu e Cenoura cozida, Salada de Repolho	Arroz colorido (cenoura, salsinha, cebolinha), Bife em tirinhas, Salada de Alface, Tomate
LANCHE DA TARDE 14h00min	Mamão	Bolo de Cenoura sem cobertura	Biscoito de Araruta	Mamão	Salada de frutas
LANCHE DA TARDE 15h30min	Arroz com Feijão, Omelete Couve Refogada Salada de Tomate	Macarrão com frango e beterraba cozida	Sopa de feijão com macarrão, couve mineira refogada	Batata doce, Carne ensopada, brócolis cozido, cenoura ralada	Sopa de feijão com macarrão, cenoura e chuchu cozido
FRUTA 17h00min	Bergamota	Banana	Maçã	Bergamota	Maçã
	21	22	23	24	25
CAFÉ DA MANHA 08h30min	Biscoito de Araruta, Iogurte / suco de polpa	Sanduíche Café com leite/iogurte	Bolo de Cenoura	Sanduíche Café com leite/iogurte	Pão de queijo com Iogurte
LANCHE DA MANHÃ 10h00min	Bolo de Milho	Bergamota	Banana	Salada de frutas	Bolo de laranja
ALMOÇO 11h45min	Sopa de feijão com macarrão, cenoura e chuchu cozido	Arroz com Feijão, Omelete Couve Refogada Salada de Tomate	Batatinha cozida, frango ensopado, salada de tomate, cenoura	Purê de batata, carne ensopada, brócolis cozido	Arroz colorido (cenoura, salsinha, cebolinha), Bife em tirinhas, Salada de Alface, Tomate
LANCHE DA TARDE 14h00min	Bolo de cenoura	Biscoito de Araruta	Salada de Frutas	Mamão	Vitamina de banana
LANCHE DA TARDE 15h30min	Polenta cremosa com frango e abóbora cozida	Macarrão com frango e beterraba cozida, Salada de Repolho com tomate	Sopa de feijão com macarrão, couve mineira refogada	Sopa de batatinha com frango, Chuchu cozido,	Feijão com Arroz e Omelete, Couve Refogada
FRUTA 17h00min	Mamão	Maçã	Laranja	Bergamota	Banana

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Chapadão do Lageado

Acredita-se que, para acontecer a aprendizagem, não basta o aluno se esforçar, estudar e estar emocionalmente bem, mas também, que ele esteja bem alimentado. E, para isso, é oferecida uma merenda escolar de excelente qualidade, onde o cardápio é elaborado e acompanhado por uma nutricionista e, fiscalizado pelo CAE – Conselho de Alimentação.

Conta também, com merendeiras preparadas, onde participam, regularmente, de palestras e cursos sobre higiene do ambiente, armazenamento dos produtos e os cuidados com a manipulação de alimentos. Outros parceiros, que também são muito importantes neste processo, são os professores(a), pois a presença diária deste profissional, na vida dos educandos, torna-os formadores de opinião na promoção da saúde.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Chapadão do Lageado

Ele(as) ocupam uma posição privilegiada na construção de novos conceitos e atitudes, que poderão acompanhar os alunos por toda vida. “Este é um grupo etário que tem suas próprias necessidades nutricionais diferindo das outras fases de crescimento, pois nesta fase a criança tem novas funções que requerem maior quantidade energética com aporte vitamínica e mineral adequado” (ACCIOLY, SAUNDER, LACERDA, 2004).



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Chapadão do Lageado

A escola tem um papel fundamental na vida dos estudantes, em diversos assuntos, mas principalmente, na parte nutricional, pois muitas famílias não tem conhecimento, suficiente, sobre alimentação saudável, onde muitas delas, se preocupam, apenas, com a quantidade e não com a qualidade. E, os hábitos alimentares adquiridos na infância tendem a se solidificar na vida adulta e, por isso é importante estimular a formação de hábitos saudáveis o mais cedo possível. Conforme (SIZER, WHITNEY, 2003). "A alimentação é um dos fatores mais importantes em qualquer fase da vida, pois através de uma alimentação balanceada

o organismo é suprido de energia e nutrientes necessários ao seu desenvolvimento e manutenção de sua saúde”.

Para cumprir os cardápios, são utilizados os recursos financeiros do PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é calculado com base no número de alunos, devidamente matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das escolas municipais e, o restante é complementado com outros recursos do Município.

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50

Segundo dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda, no ano de 2015 foi repassado os recursos através do PNAE no valor de 7.274,90 e o Município investiu dos seus recursos próprios 95.846,94.

Os produtos alimentícios, para preparar a merenda escolar, são adquiridos, através de processos licitatórios, onde, no mínimo, 30% desses produtos adquiridos, são fornecidos por cooperativas (agricultura familiar), que faz entrega, semanalmente, nas unidades escolares.

4 A POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR.

A agricultura teve papel primordial no crescimento da população mundial e todas as suas evoluções, pois se faz necessária a utilização dos alimentos e dos recursos que a natureza oferece, espontaneamente, para a manutenção da vida humana. Com isso, o desenvolvimento de técnicas de plantio e de criação de

animais foram aplicadas, resultando na criação de novas sociedades, com características bem diferentes às anteriores.

Na antiguidade os povos eram nômades, pois não utilizavam a seu favor tais técnicas, ou seja, não praticavam a agricultura, pois utilizavam os recursos esgotáveis da natureza em determinada região, e sempre se deslocavam em busca de novas áreas, em que podiam encontrar abrigo e alimentos. Com o surgimento da atividade agropecuária, várias sociedades foram criadas, onde o homem passou de apenas coletor, ou predador, a ser criador de engenhosidades que lhe permitiam controle dos subsídios à sua alimentação, à sua sobrevivência.

A sociedade moderna tem como principal característica a diferenciação social. Seus membros, não apenas, possuem atributos diferenciados, como também possuem ideias, valores, interesses, e aspirações divergentes. Tudo isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e, frequentemente, aconteçam conflitos de opiniões, de interesses, de valores, entre outros. Desse modo, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, os conflitos precisam ser mantidos dentro de limites. E, para isso, é que são implementadas as políticas públicas.

As políticas públicas são muitas, mas destaca-se aqui as voltadas à promoção da agricultura familiar, que foram implantadas para diminuir algumas das dificuldades históricas, principalmente, para facilitar o acesso ao crédito. Pois, segundo RUA, 2005, “A política pública objetiva a resolução pacífica de conflitos, que consiste num conjunto de procedimentos que podem ser formais ou informais, e que expressam uma relação de poder, mas que se destinam à resolução de conflitos sociais”.

O termo agricultura familiar propõe variações de sentido em sua definição. Se Altafin (2005) afirma que, “a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas e ligadas à produção camponesa tradicional. Ainda, segundo a autora

As transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com as formas de produção anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade.

No entanto, dada sua utilização, significado e abrangência, assume ares de novidade e renovação nos últimos anos no Brasil, até pelas mudanças que o vem ocorrendo no país, tanto na área econômica como no contexto político.

Segundo a Constituição brasileira, materializada na Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se que agricultor familiar é aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais*; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.

Estamos vivendo um momento positivo para a Agricultura Familiar, e essas conquistas são frutos de uma combinação de esforços do governo, que constrói condições para que a política pública possa emergir e das organizações da agricultura familiar, onde deixaram de ser, apenas, movimentos reivindicatórios, para ser propositivos e, ao mesmo tempo, assumindo o papel de executores de muitas das políticas públicas, tendo assim outra conotação e uma nova dimensão.

Criado em 1995, pela Resolução nº 2.191 do Banco Central do Brasil e, instituído em 1996, pelo Decreto n. 1.946, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) resultou, especialmente, da mobilização nacional de várias organizações representativas da agricultura familiar, que pretendiam estabelecer condições para a reestruturação socioeconômica desse público, reafirmando a importância do acesso ao crédito para ampliar o número de unidades de produção familiar em condições de gerar renda e ocupação no meio rural com qualidade de vida.

Até meados da década 1990, o financiamento da agricultura familiar restringia-se quase, exclusivamente, aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), cujo alcance era específico e limitado, em função de atender, somente, aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo as normas do Manual do Crédito Rural (MCR), do Ministério da Agricultura (MAPA), os pequenos agricultores eram enquadrados como mini-produtores, o que os colocava em situação de desvantagem, visto que, tinham que

disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito agrícola.

Numa iniciativa pioneira, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), celebraram em janeiro de 1994, o Convênio FAO/INCRA para a realização do Projeto UTF/BRA/036/BRA, cujo objetivo principal apresentado foi o de “contribuir na elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil” (FAO/INCRA, 1994, p. 1). Utilizaram os dados do Censo Agropecuário, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1985, para traçar o perfil socioeconômico da agricultura familiar brasileira. A partir de então, os agricultores familiares passaram a ser caracterizados segundo as relações sociais de produção que desenvolvem, ou seja, buscou-se “superar a propensão frequente nas análises sobre o tema de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a sempre, equivocadamente, à pequena produção” (GUANZIROLI et al., 2001, p. 46).

Assim, a agricultura familiar foi definida tendo o poder e capacidade de reivindicar e influenciar as ações públicas a partir de então. A inclusão feita através do acesso ao crédito apoiou-se muito nessas políticas públicas de fomento aos agricultores. O PRONAF passou a ser a principal política pública do governo federal de apoio ao desenvolvimento rural, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, em função de sua importância para a produção de alimentos para o mercado interno, para as agroindústrias e para as exportações brasileiras e, principalmente como geradora de postos de trabalho e renda.

O PRONAF busca construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, através do incremento e da diversificação da capacidade produtiva, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.

Na história de conquistas da Agricultura Familiar, as políticas públicas são referências de crescimento e desenvolvimento, tanto pela ampliação dos incentivos como por uma nova compreensão do meio rural. Desencadeados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), muitos outros programas e ações começam a ser instituídos.

A partir de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário lança o Plano Safra da Agricultura Familiar, com vigência de julho a junho do ano seguinte. O conjunto de políticas públicas envolvidas nos Planos Safra, qualificam e articulam os instrumentos construídos e conquistados pelo setor, que produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

É dessa forma que o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), fortalece a agricultura familiar, que nesse e últimos anos, vem crescendo muito, o que permitiu que mais de 3 milhões de pessoas melhorassem suas rendas.

Principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País.

Com esta justificativa de consolidar políticas públicas de comercialização, em 2009, os movimentos sociais pressionaram o governo a institucionalizar o PNAE como política pública, publicando a Lei nº 11.947/2009. Este avanço possibilitou um amplo diálogo com os setores da educação de forma a conectar estes dois importantes atores da política nacional (agricultura e educação).

O PNAE existe há mais de cinquenta anos no Brasil, e foi sendo reformulado e atualizado ao longo destes anos. Pois as compras de produtos alimentares eram feitas através de licitações com as grandes empresas, que muitas vezes não eram do local. Com a publicação da Lei em 2009, esta realidade começou a ser transformada (FNDE, 2011). Esta lei determina, em seu artigo 14, a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para alimentação escolar, a compra de produtos da agricultura familiar.

A agricultura familiar é um setor estratégico para o País e um dos pilares do projeto nacional de desenvolvimento, observando sua presença ativa na economia local dos municípios brasileiros, principalmente aqueles com menos de 50 mil habitantes. Por isso, esse conjunto de políticas fortalece o setor, aumenta a produção de alimentos, e contribui para o crescimento com estabilidade econômica e social.

Nas últimas décadas, a discussão sobre o desenvolvimento tem pautado a questão da sustentabilidade como necessidade de preservação do meio ambiente, sem desconsiderar as dimensões sociais, econômicas, culturais, entre outras. Para tratar do desenvolvimento rural torna-se necessário dialogar com a perspectiva da sustentabilidade, onde as estratégias, as políticas públicas para o incentivo a produção e a comercialização possam subsidiar uma forma de desenvolvimento para os espaços rurais, pautada na equidade, na valorização dos agricultores e dos seus saberes, na diversidade da sua produção, de forma comprometida com o ambiente e a sociedade.

Um dos grandes destaques quando se trata de produzir e preservar está na Agricultura Familiar, pois é fato que dentro da categoria de “agricultora familiar” esteja a possibilidade capaz de unir estas duas frentes, produzindo alimentos, diversificando a propriedade e preservando a vida. A preservação dos recursos naturais depende das atitudes de cada um e cada um.

O meio rural hoje também é um lugar de informação e educação, programas de assistência técnica, educação no campo e outros avanços, aproximaram da agricultura familiar o acesso as tecnologias e inovações necessárias para a própria inserção dos produtos no mercado. Portanto, o meio rural apresenta-se como um lugar de oportunidades e crescimento e, o grande desafio é o de construir a cada dia uma agricultura com um projeto de vida sustentável e moderno.

A sustentabilidade da Agricultura Familiar depende de processos organizativos que valorizem a articulação local, a interação produtiva e a cooperação entre pessoas. Também da oferta de um conjunto de serviços financeiros que tenham uma inserção local capaz de criar relações de proximidade e de oferecer os serviços adequados a cada contexto econômico, social, político, cultura e ambiental articulada com as realidades locais e territoriais.

Estas características são comuns a quase toda a Agricultura Familiar brasileira, mas cada contexto social e econômico produz demandas financeiras específicas e por este motivo, exige levantamentos e análises locais para o planejamento de instituições e de produtos financeiros.

Neste sentido, o cooperativismo é uma ferramenta que transforma e trabalha o crédito rural além do foco financeiro, estimulando e fomentando o setor como um todo, destacando a atuação na formação, modernizando o campo com educação, informação e estrutura, fortalecendo as ações para a sucessão na propriedade, e como consequência a diminuição do êxodo rural.

As cooperativas têm um papel fundamental, que é de transformar o espaço rural em multifuncional, desmistificando o atraso e apresentando o campo como um grande gerador de oportunidade trabalho, renda e qualidade de vida. Também facilitam o acesso às políticas públicas, incentivam o processo de organização social e econômica nos diferentes níveis. Segundo Banco Mundial, (BÚRIGO, 1999), “seria difícil encontrar um sistema mais eficaz do que o cooperativismo para encorajar e estimular a participação ativa das populações e a realização de um programa de desenvolvimento rural”.

A sustentabilidade da Agricultura Familiar depende de processos organizativos que valorizem a articulação local, a interação produtiva e a cooperação entre pessoas. Também da oferta de um conjunto de serviços financeiros que tenham uma inserção local capaz de criar relações de proximidade e de oferecer os serviços adequados a cada contexto econômico, social, político, cultura e ambiental articulada com as realidades locais e territoriais.

Estas características são comuns a quase toda a Agricultura Familiar brasileira, mas cada contexto social e econômico produz demandas financeiras específicas e por este motivo, exige levantamentos e análises locais para o planejamento de instituições e de produtos financeiros.

O fortalecimento de uma organização cooperativa especializada na gestão de serviços para a Agricultura Familiar, baseada em relações de proximidade, que atenda ao conjunto de demandas financeiras, integradas à políticas de capacitação, produção, assistência técnica e mercado, além de fortalecer a poupança local e reduzir os custos de intermediação financeira são as principais diretrizes para a definição de uma nova estratégia organizacional para as microfinanças na área rural, para os quais as cooperativas de crédito solidário assumem a atribuição de viabilizar.

A ação das cooperativas de crédito trouxe avanços como a maior disponibilidade de crédito e outros serviços financeiros aos agricultores familiares; a simplificação e flexibilidade nos critérios de liberação dos financiamentos, reduzindo os custos de transação facilitando a disponibilidade do crédito em épocas mais oportunas.

O estímulo às atividades inovadoras e à gestão compartilhada das cooperativas garante também a consolidação de um modelo de gestão, em que fortalece o controle social. As cooperativas de crédito podem ser apontadas como uma das alternativas mais promissoras para se alterar o padrão do Sistema Financeiro Nacional.

Contudo existe uma distância a ser vencida para que essas intenções e projetos se traduzam em mais resultados concretos em termos de participação no mercado. É provável que uma multiplicação da participação atual, significaria um importante incremento da concorrência no setor bancário brasileiro. Isso poderia melhorar o acesso e a qualidade dos serviços financeiros e levar a uma redução de seus custos para os consumidores em geral.

O cooperativismo é uma ferramenta que transforma e trabalha o crédito rural além do foco financeiro, estimulando e fomentando o setor como um todo, destacando a atuação na formação, modernizando o campo com educação, informação e estrutura, fortalecendo as ações para a sucessão na propriedade, e como consequência a diminuição do êxodo rural.

As cooperativas destacadamente atuam com o papel de transformar o espaço rural em multifuncional, desmistificando o atraso e apresentando o campo como um grande gerador de oportunidade trabalho, renda e qualidade de vida. Existe uma evolução constante no cooperativismo de crédito solidário, alcançando resultados significativos em seus indicadores, que refletem o enorme e constante investimento em capacitação, profissionalização, gestão e governança.

As cooperativas de crédito perseguem a largos e firmes passos a sua caminhada no sentido de avançar e solidificar ainda mais sua presença no mercado financeiro nacional, beneficiando mais e mais brasileiros. Muitos são os desafios e avanços que ainda temos que enfrentar para consolidar o crédito rural como uma

ferramenta de inclusão da Agricultura Familiar nas diferentes regiões do País, mas são desafios possíveis, com princípios sólidos onde temos a certeza que o caminho está em um cooperativismo feito com inclusão social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo percebi que os avanços tecnológicos e a mudança de estilo de vida da população impactam diretamente no tipo de alimentação consumido pela sociedade. O consumo crescente de alimentos industrializados e com baixo valor nutricional tem como consequência uma geração com alta incidência de pessoas obesas, não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo. Esse ganho de peso acarreta diversas doenças.

Diante do exposto constatei que, a alimentação escolar passou a ser uma aliada muito importante para a prevenção de doenças futuras, na medida em que insere no ambiente escolar uma perspectiva pedagógica ao ato da alimentação e utiliza a escola para estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis, desde a infância.

Os recursos do PNAE chegam para todos os municípios do Brasil, pois considerado todos os alunos matriculados e a faixa etária. Porém, esse recurso não é suficiente para oferecer aos alunos uma merenda de qualidade nutricional. A diferença é que tem municípios que investe parte dos seus recursos próprios para complementar, como acontece em Chapadão do Lageado e, outros não.

O encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil.

Como evidenciado durante todo este trabalho existe uma ligação direta entre saúde, nutrição e bem estar físico e mental de qualquer ser humano e em qualquer faixa etária, foi verificado a partir da literatura estudada, que a infância é o período

ideal para a formação de hábitos e condutas de vida, portanto, a educação alimentar deve acontecer desde cedo para que os riscos de doenças crônico-degenerativas sejam impedidos e reduzidos o quanto antes, minimizando com isto as doenças do século, como a obesidade e desnutrição, que tem causado grandes problemas à população de todas as idades e de todo mundo.

A alimentação das crianças da unidade escolar analisada é balanceada e acompanhada com muito cuidado e carinho pela nutricionista e supervisionada pela diretora da escola, as crianças gostam das refeições que recebem sendo estas muitas vezes melhor do que recebem em casa.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY.E. SAUNDERS, C. LACERDA, E.M. *Nutrição em Obstetrícia Pediátrica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2004.
- ALTAFIN, Guimarães Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 2007
- BÚRIGO, Fábio Luiz et. al. O processo de constituição de cooperativas de crédito rural solidárias. Brasília, 2005. Relatório: Produto da consultoria técnica prestada ao IICA PCT/Pronat, no período de setembro de 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 710, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jun. 1999.
- CASTRO, T.F, et al.; Caracterização do consumo alimentar, ambiente socioeconômico e estado nutricional de pré-escolares de creches municipais. *Revista de Nutrição*. São Paulo, v. 18, n.3, p.2-3, 2005.
- FAO/INCRA Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.
- FNDE. Caderno de Legislação, PNAE 2011.

- GUANZIROLI, Carlos E.; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio Márcio; DI SABBATO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LANCHA JR, Antonio Herbert. *Nutrição e metabolismo aplicados à atividade motora*. 1ª ed. São Paulo. Editora Atheneu, 2004. 212 p.
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- RECH, Daniel. Os Desafios atuais para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Brasília, p.02, outubro 2009.
- ROMANI, Sylvia de Azevedo Mello; LIRA, Pedro Israel Cabral de Fatores determinantes do crescimento infantil. *Revista Brasileira Saúde Maternidade Infantil*, Recife, v. 4, n. 1, 2004.
- RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Rio de Janeiro, 2005.
- STEFANINI, M.L. R. Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. 1998. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998
- TIRAPEGUI, Julio. *Nutrição, metabolismo e suplementação na atividade física*. 1ª ed. São Paulo. Editora Athneu, 2005. 11-50p.
- VITOLLO, M. R.; *Nutrição da Gestação à Adolescência*. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso editores, 2003. 92, 149 p.
- www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familia
- www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar
- ZANCUL, Mariana de Senzi. Consumo alimentar de alunos nas escolas de ensino fundamental em Ribeirão Preto. 2004. 85f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2004.